

MUNDOS QUE REFUGAM, RUAS COMO REFÚGIO: RECONFIGURAÇÕES NO PERFIL SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia
(PPGA) da Universidade Federal Fluminense – UFF.

Neste texto me ocuparei de demonstrar possibilidades de interpretação sobre transformações recentes no perfil social da chamada população em situação de rua. Meu ponto de partida é decorrente de afirmações, por parte de representantes da população de rua e também de profissionais que atuam com o segmento, sobre o aumento do número de pessoas em situação de rua e de sua suposta mudança de perfil. Dentre os aspectos reiterados nessa avaliação, presume-se que o perfil anterior se concentrava em maioria masculina, numa faixa de idade a partir dos 30 anos, composto por desempregados, ex-trabalhadores que se tornaram “inválidos” para o trabalho, e, ainda, alcoolistas crônicos ou que agravaram sua condição de vida nas ruas pelo consumo intensivo de álcool. A novidade, portanto, seria o crescimento do número de jovens entre 18 e 30 anos de idade, aumento do número de mulheres na mesma faixa de idade¹, ambos sem experiência ou formação profissional e com prevalência do uso intensivo de crack.

A principal dificuldade de demonstrar a relevância dessas impressões é a inexistência de dados temporalmente distribuídos, em mesma localidade, para a produção de análises longitudinais². Desse modo, basearei minha argumentação em dados produzidos em pesquisa sobre o Movimento Nacional da População de Rua – MNPR³, entre os anos de 2009 e 2015, período em que tive oportunidade de conhecer e entrevistar pessoas com *trajetória de rua*⁴ em cidades como Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Vitória.

A partir dessas histórias, foi possível constatar elementos que dialogam com a sugestão anteriormente levantada, que irei distinguir aqui, de modo um tanto

1 É comum a afirmação de que anteriormente a maioria das mulheres em situação de rua tinha histórico de doença mental e que supostamente esse quadro se alterou nos últimos anos.

2 Mesmo com a existência de algumas pesquisas censitárias – parte delas não publicadas na íntegra –, ou mesmo com os dados produzidos na Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, publicada em 2008, faltam dados que possibilitem esse exercício comparativo.

3 A organização é apresentada por seus participantes como um movimento social composto por homens e mulheres adultos que vivem em situação de rua ou que passaram por essa experiência em algum momento de suas trajetórias, tendo por principal objetivo reivindicar acesso e garantia às promessas constitucionais, ampliação de direitos a partir de políticas e programas sociais que considerem os desafios e especificidades de seu viver.

4 O termo êmico *trajetória de rua* se refere a percursos sociais de indivíduos que vivem ou viveram nas ruas em algum momento de suas vidas.

tipológico, em dois grupos distintos. O primeiro grupo é composto por pessoas que viveram nas ruas entre os anos 1990 e a virada para os anos 2000. Trata-se de homens e mulheres que cresceram em orfanatos, sem filiação parental ou que passaram por situações problemáticas em suas famílias, tais como: perda de parentes, desentendimentos, expulsão ou fragmentação do núcleo familiar em virtude de incapacidade de manutenção econômica, muitos deles oriundos da zona rural. E ainda, trata-se também de indivíduos que, ao desenvolverem problemas relativos à drogadição, tinham o álcool como principal substância de consumo.

O segundo grupo é composto por pessoas que viveram nas ruas a partir da segunda metade dos anos 2000. Trata-se de um segmento mais jovem, com a maioria entre os 18 e 30 anos de idade, pessoas que passaram grande parte de suas vidas em domicílios, em regiões periféricas das cidades, designadas como favelas. Em grande medida, avaliam ter boas relações com seus familiares, mas afirmam que foram obrigados a abandonar o núcleo familiar e a localidade em que residiam, seja porque se envolveram diretamente em atividades ilícitas, no comércio varejista de entorpecentes, ou ainda, em virtude de ameaças à vida, devido a dívidas contraídas no mercado de drogas, ou à necessidade de deslocamento territorial pelas regras de consumo de crack estabelecidas nos territórios de favela.

No Brasil, a situação de rua vem sendo entendida pelos estudiosos segundo contexto social heterogêneo⁵, espaço social ocupado por aqueles que, em virtude de constrangimentos diversos, foram perdendo as condições de obter acesso a bens e referenciais sociais necessários para se constituírem enquanto trabalhadores empregados, em condições de garantir sua reprodução social em uma unidade domiciliar.

Uma das principais linhas de argumentação para explicar a existência da população em situação de rua tratou de demonstrar a relação do fenômeno com as condições, limitações e constrangimentos sofridos por parte dos trabalhadores⁶, mediante sua incapacidade de inserção nas relações de venda de sua força produtiva no mercado de trabalho.

Ao longo das últimas duas décadas, as atividades ilícitas em territórios de favela, principalmente o mercado ilícito de entorpecentes, se constituíram de modo mais evidente como possibilidade de emprego/ocupação com fins de angariar recursos econômicos. Desse modo, o centro do argumento que delinearei nas

5 A bibliografia temática é repleta de indicações nesse sentido, para exemplos, ver: VIEIRA; BEZERRA e ROSA (1991); ROSA (2005); MAGNI (2006); KASPER (2006); FRANGELLA (2006); MARTINEZ (2011); MELO (2011);

6 Para aprofundamento nessa perspectiva, ver: STOFFELS, 1977; VIEIRA; BEZEERA; ROSA, 2004; ROSA, 2005; SILVA, 2009.

próximas páginas é que o mercado ilícito de drogas, referenciado por moralidades, regras, condutas e etiquetas próprias, também começa a produzir refugio de suas fileiras. Dito de outra maneira, pretendo demonstrar que o crescimento deste “novo perfil” de pessoas em situação de rua está intimamente relacionado à expansão e rearranjos do *mundo do crime* (FELTRAN, 2011)⁷ nas periferias das cidades.

MUDANÇAS DA VIDA NAS RUAS

O ponto de partida que anima minha reflexão é inspirado em insistente formulação por parte de integrantes do MNPR, explicitada durante o trabalho de campo: *A vida nas ruas já não é mais como antes*. Tal avaliação é notadamente formulada segundo clivagens contextuais que se referem tanto à idade dos interlocutores, quanto ao período em que se encontraram vivendo nas ruas, o que lhes possibilita realizar avaliações retrospectivas entre o passado e o presente do contexto de vida nas ruas.

Tendo isso em vista, é importante considerar que os interlocutores na pesquisa são pessoas que se tornaram porta-vozes do MNPR e se engajaram na luta por garantia de direitos e reconhecimento social. Trata-se de indivíduos que “falam da rua” segundo a experiência vivida em primeira pessoa – valor extremamente importante nesse contexto de atuação política –, mas que, por tal posição social, também se configuram como analistas que produzem conhecimento “sobre a rua”..

O princípio central dessa diferenciação social remete à presença e suposta expansão do uso de crack no país. O que é assim sugerido nessa avaliação diz respeito ao reconhecimento de que até os anos 1990 o álcool era a droga de predileção dos adultos⁸ que viviam nas ruas:

No meu tempo de rua nem tinha maconha direito, era só cachaça. Essas coisas [se referindo ao crack] vieram a acontecer agora. A rua muda constantemente. É um grupo, depois outro, aquele sai, aparece outro e a rua vai mudando muito. Um vai ficando velho, vai morrendo, então a rua vai sempre se renovando⁹.

É difícil depreender até que ponto a avaliação da diferença entre o “tempo de rua” passado e presente não se fundamenta em perspectiva nostálgica. Em todo caso, essa é uma representação constante entre as pessoas que viveram a transição entre as décadas de 1990 e 2000 nas ruas, principalmente no que diz respeito às

⁷ O argumento inspirado na ideia do autor será desenvolvido nos tópicos ao longo do texto.

⁸ Visto que no caso das crianças, a cola aparece como principal droga.

⁹ Trecho de entrevista realizada em 2014 com Anderson, 39 anos, Coordenador Nacional do MNPR, representante do Estado de São Paulo.

formas de compreensão quanto ao aumento da presença do crack, conforme afirmou Maria Lucia¹⁰:

Minha droga de preferência era o álcool, mas a pedra entrou também de forma desgraçada. [...] Mas eu escondia da galera da rua e na rua eu não fumava. Eu respeitava a turma e eles sempre falavam comigo sobre essa questão das drogas. Muito louco, né? No dia que eles descobriram que eu tava fumando pedra, eles me deram uma carreira! Literalmente, me botaram para correr:

- Porra, Lucia! Agora tá entrando em negócio de pedra?

A galera me deu um sermão fodido. Porque a galera da rua não fuma pedra, velho! Quem é da rua mesmo não fuma pedra. Por isso que tem tanta gente hoje fumando nos bairros. Agora que está entrando os “malandrinho coca-cola” safado, que ficam roubando “celularzinho”, “cordãozinho”, pegando as coisas dos outros para poder fumar, roubando as coisas da própria galera, se dando por qualquer coisa, as mulheres se prostituindo, essa bagunça que está virando hoje em dia.

Maria Lúcia teve contato com uma percepção negativa sobre o uso do crack antes mesmo do clamor público sensacionalista a partir de meados de 2000, quando se tornou assunto recorrente na mídia impressa e televisiva. Em sua avaliação, é perceptível a existência de um “ser da rua” que se supõe mais legítimo, em oposição a condutas daqueles que se inserem nas redes próprias da rua de modo menos qualificado. Suas afirmações fazem coro a argumentos semelhantes que pude escutar por parte dos “mais velhos de rua” e dizem respeito ao conflito de moralidades entre aqueles que atualmente vivem nas ruas, em contraposição aos antigos. Nesse quadro, são comuns afirmações sobre um passado de maior solidariedade entre os chamados *irmãos de rua*: “Antigamente era mais difícil ter acesso à alimentação, mas tudo era dividido”; “Tinha menos albergues, mas nós cuidávamos uns dos outros, se você tinha um lençol você dava, se o irmão não conseguia comida você dava”; “Essa molecada de hoje não respeita os mais velhos”; “Hoje em dia está arriscado você ser roubado por outra pessoa da rua, às vezes até fazer uma maldade maior a troco de nada”.

Somam-se a essas distintas moralidades e condutas desejáveis à concepção de que os problemas de ordem econômica constituem o principal motivo que leva as pessoas a viverem nas ruas, contudo, a expansão do uso do crack acarretaria na entrada de pessoas que não necessariamente chegam às ruas em virtude de problemas econômicos.

10 Trecho de entrevista realizada em 2015 com Maria Lúcia, 48 anos, Coordenadora Nacional do MNPR, representante do Estado da Bahia.

Ao acompanhar o cotidiano de Dona Isabel¹¹ nas ruas de Curitiba, ela também enfatizava a mudança nas ruas devido à presença do crack. Segundo ela, o primeiro aspecto relevante diz respeito aos efeitos da substância propriamente, pois, “Antigamente um rapaz poderia fumar maconha, consumir álcool”, contudo, depois voltaria para casa, “comeria a panela toda, dormiria e estava tudo certo”. Atualmente, “o crack aprisiona a rapaziada na rua”, em virtude do seu poder de produzir dependência.

Na oportunidade, Isabel descreveu aqueles jovens como pessoas que “Nem são tão pobres assim: tem família, casa, tudo certinho”. Mas, por motivos diferentes, conhecem o crack e entram no circuito de “fazer o corre da pedra” durante a noite e, durante o dia, dormir no centro da cidade.

As representações veiculadas na grande mídia sobre o crack talvez bastassem para indicar que, nos últimos anos, seus “efeitos devastadores” produziram isoladamente o crescimento do número de pessoas em situação de rua – concepção esta que, em grande medida, é dividida também pelas pessoas que entrevistei. No entanto, o que pude constatar é que os percursos sociais das pessoas a quem se sugere fazer parte desse “novo perfil”, também apresentam particularidades que contrastam com o perfil anterior. Sobretudo, em virtude do fato de associarem o início da vida na rua com o esgotamento de condições de manutenção de suas vidas nas periferias das cidades.

ENTRE O MUNDO DO TRABALHO E O MUNDO DO CRIME

Em 1983, a antropóloga Delma Pessanha Neves publicou o artigo “Mendigo: o trabalhador que não deu certo”, resultado de pesquisa desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1975 e 1976, quando realizou entrevistas com pessoas classificadas como mendigos e pedintes, ao mesmo tempo em que também eram assistidas por instituições que tinham por objetivo a “recuperação de mendigos”. A reflexão proposta pela autora figura entre outros estudos sociológicos que interpretam o adensamento do fenômeno segundo transformações das condições de existência da classe trabalhadora¹², associado frequentemente ao advento da formação do proletariado industrial e desenvolvimento das cidades modernas. A discussão era marcada pela constatação dos efeitos de estruturas organizacionais

11 Conheci Dona Isabel em 2009, no início do trabalho de campo em Curitiba. Ao contrário dos demais interlocutores citados aqui, Isabel nunca participou do MNPR, mas viveu desde sua infância nas ruas de Curitiba. Era considerada *mãe de rua* pelos jovens que se aproximavam dela e que a tinham com grande respeito.

12 O argumento pode ser também acompanhado em (NEVES, 2010a; NEVES, 2010b)

do sistema capitalista e determinações sobre as condições de reprodução social de indivíduos. Em especial separados dos meios de produção, dependentes da venda da força de trabalho livre, então forma de obtenção de condições de autoconstrução enquanto trabalhadores empregáveis. Na ausência de tais oportunidades, esses indivíduos tornavam-se refugio do mercado de trabalho e se viam frente ao desafio de buscar outras formas de inserção produtiva para manutenção das próprias vidas.

O aspecto central da proposta da autora citada é que a possibilidade do desemprego dinamizava novas estratégias para reprodução social da classe trabalhadora, da mesma forma que reconfigurava a organização social, mediante desafios de adequação do consumo aos rendimentos do conjunto de membros pertencentes à unidade familiar. Parte desse contingente contava com reservas econômicas, relações sociais e afetivas que possibilitavam a reorganização de seus membros para o trabalho, criando margem para adotar estratégias de “gestão do desemprego” esporádico.

Complementarmente, outra parcela de trabalhadores, em condições mais precárias de existência, era submetida a contexto ainda mais difícil, por não contarem com referência familiar, por doenças e deficiências físicas, dispersão dos membros familiares, enfim, inadequações ao trabalho que produzia o desemprego constante, dentre outras consequências. Esse segundo grupo tem maiores chances de se credenciar à dependência da caridade de terceiros, através de pedidos individuais por doações ou mesmo junto a instituições filantrópicas e de assistência social do Estado. Em consequência, “o trabalhador que não deu certo” é aquele que, por inúmeras razões, não consegue fazer de sua própria força de trabalho uma mercadoria e, ao mesmo tempo, também não conta com outras formas auxiliares de manutenção do desemprego esporádico, criando as condições de “virar mendigo” ou “virar morador de rua” (NEVES, 1994).

A citada pesquisa foi publicada em período que o tema ganhou atenção pública, devido ao anunciado “crescimento visível” de pessoas ocupando as ruas. Essa impressão de crescimento, desde então, vem sendo a tônica da intervenção estatal e filantrópica sobre a questão, reconhecida como problema social que deve ser remediado. O país havia alcançado à condição de “pleno emprego” no início dos anos 1970, quando se anunciava fenômeno conhecido por “milagre econômico”: época de grandes obras de infraestrutura e investimento na indústria, acompanhada de onda de migração interna e êxodo rural motivado por oportunidades de vida mais promissoras nos centros urbanos. No entanto, o “milagre” durou pouco e, na virada da década, o país foi assolado por crise econômica vigorosa, com crescimento dramático da inflação, concentração de renda e desemprego.

Em contextos de crise econômica, recessão e mudança nas condições de empregabilidade, a referida mendicância – enquanto estratégia econômica particular, reconhecida pelo pedido por doações nas ruas – acaba se tornando realidade para parte dos trabalhadores, seja como forma de complementar a renda familiar, ou, ainda como única alternativa de vida para aqueles em situação de maior vulnerabilidade social. No limite, eles perdem também a capacidade de permanecer em unidades habitacionais, tendo que utilizar o espaço público como local de moradia, algo que também se agravava por outros efeitos, produzidos pela espiral descendente das condições de vida, tais como quadros depressivos e o consumo abusivo de drogas.

Os apontamentos de Neves (1983; 1994; 2010a e 2010b) permitem deslocamento no sentido de demonstrar que a vida nas ruas é um dos resultados – particularmente dramático e limítrofe – de configurações possíveis em amplo contexto de precarização e esgotamento das condições de vida fundadas na venda da força de trabalho e da reprodução social amparada na unidade familiar, que, por sua vez, induzem à necessidade de reconfiguração de estratégias e projetos de parte da classe trabalhadora.

No entanto, se por um lado à falência dos projetos de parte da classe trabalhadora tem sido uma das chaves para compreender a situação de rua, em determinado momento, torna-se perceptível à existência de outros projetos de mobilidade social, que passam a concorrer fortemente com os valores e moralidades das famílias da classe trabalhadora nas periferias, em torno da venda da força de trabalho lícito.

A pesquisa de Gabriel Feltran (2011) nas periferias de São Paulo, em contexto a partir dos anos 1970, evidencia a existência de um projeto de mobilidade social da chamada “família operária”, projetando melhoria de condição de vida pelo ingresso no mercado de trabalho lícito, estratégia referenciada por forte presença de orientação moral cristã, especificamente católica. A partir do estudo de percursos individuais e familiares, o autor demonstra a existência de transformações que reconfiguraram princípios de organização social nas periferias urbanas, pelos quais um novo cenário se delineia, com a expansão do que o autor denomina como *mundo do crime*.

Ao apresentar a ideia de *expansão do mundo do crime*, Feltran (2011, p.187) aponta duas dimensões de seu argumento: A primeira refere-se ao âmbito interno das periferias e trata da existência de um *marco discursivo do crime*, difundido principalmente entre os jovens, e incidente principalmente nas disputas por legitimidade social nesses territórios. A segunda dimensão concerne à produção de representações externas, produtoras de determinadas visões sobre esses territórios e seus habitantes,

que resultam em estereótipo criminoso, baseado na idade, cor da pele, pertença territorial e outros diacríticos estéticos que preconiza a noção de “indivíduos criminosos”. Sob os dois pontos de vista, tais representações indicam um mesmo dado que os atravessa: nas últimas décadas, o *mundo do crime* se expandiu e sua presença produziu representações profundas no imaginário social.

Esse novo contexto é caracterizado fundamentalmente por mudanças ocorridas a partir dos anos 1990, diretamente impactante de projetos dos filhos dessas famílias operárias. Essa *expansão do mundo do crime* produziu condições para o acirramento da disputa por corações e mentes das novas gerações que cresceram com base em moralidades valoradas por essas “famílias operárias”. Desse modo, a presença e expansão do *mundo do crime*, suas representações e vocabulários, se edificam enquanto alternativa sedutora para ascensão social, disputando com a lógica dos projetos familiares e de instituições religiosas, segundo a promessa por acesso a bens de consumo, posição de prestígio e distinção sociais.

O que está em jogo não é tão somente a opção pela “vida do crime” enquanto último recurso de sobrevivência, mas, sobretudo, um cálculo guiado pela experiência dos filhos dessas famílias trabalhadoras, com suas histórias de sacrifícios e dificuldades, em contraposição a referência de outro tipo de sucesso: posse de armas, joias, roupas de marca, tênis, automóveis, motos e demais bens de consumo, associados à existência de um lugar social de poder e respeito distinto nas comunidades. Essas alternativas passam a figurar como uma vida possível e mais sedutora do que a trajetória dos pais trabalhadores, assim contrapostos aos “exemplos do crime”.

REFUGO DO TRÁFICO DE DROGAS

Quando conheci Tiago, ele já não morava nas ruas. Em processo de recuperação do vício do crack, estava engajado no MNPR e reorganizando a vida junto à família de sua esposa. Nascido em Jundiaí, interior de São Paulo, descreveu a si mesmo como sendo mais um “rapaz comum”, mais um “menino de favela” que “nasceu órfão de pai”. Segundo Tiago, seu pai foi morto quando ele ainda estava na barriga de sua mãe, ao tentar cometer um assalto com a esperança de dar uma vida melhor para a mulher e o filho que estava por vir. Assim, não conheceu seu pai, mas teve um padrasto *trabalhador*, que o criou junto com a mãe, em bairro de periferia em Jundiaí. Morava em um “barraquinho pequeno” com sua mãe, padrasto e irmã. Sua mãe trabalhava de faxineira e sempre o incentivou a estudar. O padrasto era

eletricista e fazia questão de levá-lo para o serviço durante o período de férias, na tentativa de tirá-lo da favela e assim evitar que andasse em “más companhias”.

Como mais um “rapaz comum de favela”, sonhava com uma carreira de jogador de futebol profissional e uma vida deslumbrante como a dos jogadores bem sucedidos. Tiago conseguiu ingressar num clube e jogar até os 16 anos. Passava a semana inteira no clube e retornava para casa no fim de semana. No entanto, aos 14 anos, quando retornava para casa, encontrava os amigos, muitos deles envolvidos com o tráfico de entorpecentes. Quando os encontrava, eventualmente havia uma vaga para trabalhar no tráfico e a interessante possibilidade de fazer algum dinheiro no final de semana.

Mediante o contato com o tráfico de drogas, Tiago começou também a ter suas primeiras experiências de uso, até que com 16 anos foi desligado do clube em que jogava, em virtude desse consumo. Ao receber a carta de demissão, entrou em desespero, pois além de perceber que seu sonho de jogar futebol era improvável, também se deu conta de que não tinha nem estudo ou profissão. Na escola, Tiago tinha muita dificuldade e não conseguiu aprender a ler, nem escrever. Segundo me contou, sentava-se, olhava para o quadro, mas não conseguia assimilar o conteúdo. Permaneceu durante anos repetindo a terceira série do fundamental. Com a política de aprovação automática conseguiu chegar à quarta série sem estar alfabetizado. Sabia apenas reproduzir o cabeçalho no caderno por ter decorado, mas se esforçava para esconder que ainda não sabia ler. A escola não parecia uma alternativa, estava preocupado com seu futuro e precisava de alguma forma de conseguir dinheiro.

A necessidade de recompor sua vida em novas bases e a relação prévia que tinha com os amigos que atuavam no tráfico, o aproximou cada vez mais dessa atividade. Começou a trabalhar “desde baixo”, substituindo amigos que eventualmente não podiam ou queriam trabalhar em determinados turnos. Rapidamente, seus parceiros perceberam que ele tinha qualificações e disposições esperadas para realização do trabalho. Em suas palavras:

O crime é que nem uma firma. Conforme você vai mostrando produtividade, você vai recebendo cargos a mais. Você começa na firma como faxineiro, você estudou para ser chefe dos faxineiros, depois você estudou para subir mais um cargo. É tipo assim: quanto mais disposição você vai mostrando no crime, mais eles vão confiando em você e aí você vai ficando com mais “responsa”.

Mas o sucesso relativo na “vida do crime” teve seu revés. Junto com os cargos ou posições mais altas e a responsabilidade adquirida vem o dinheiro, o respeito dos

colegas e algum sucesso na localidade. Essa fama também atrai a atenção indesejada da polícia: “Quanto mais degrau você sobe na vida do crime, mais status você vai tendo para os policiais”. Mesmo com os acertos e acordos feitos com a polícia para manter o fluxo do tráfico, alguns parceiros foram presos. A essa altura, Tiago também já havia fumado crack e, segundo ele, o consumo havia desestabilizado as relações com sua família. Em um dos desacertos com a polícia, perdeu o dinheiro que tinha, foi ameaçado e recomendado que se não desaparecesse da favela, iriam matá-lo.

Teve uma hora que eu pensei: Não mano! Eu estou fumando crack, estou roubando, estou fazendo tudo. O bagulho está tirando minha paz e da minha família. Meu pai já largou da minha mãe, minha irmã já tá morando noutro lado e o quê que eu vou fazer da vida? Comecei a me desesperar com a situação que estava vendo ao meu redor. A casa vai caindo aos pouquinhos e você não percebe. Quando você vê, já está tudo em cima de você. Aí estou eu ali no meio e para onde eu vou cair? No meio daquele desespero, minha mãe falou:

- Vende isso ai tudo, paga o que você deve e vê o que você faz. Amanhã eu to saindo e vai ficar ai, vê o que você faz da sua vida. Quando eu acordei, não é que ela tinha saído mesmo? Olhei para um lado, para o outro, tentei falar com a minha mãe e nada, nem com a minha irmã, nem meu pai. E agora? To sozinho! Não tem mais ninguém. Ai foi que eu vi que estava ferrado mesmo. Ai eu fui embora, sumi. Saí da “quebrada” e sabia que tinha que arrumar minha vida noutro lugar. Só que eu esqueci que nesse lado bom de dinheiro, de ter as coisas e tal, eu conheci o tal do crack, que eu não sabia o tanto que iria me prejudicar. Porque na hora eu pensava que eu comandava ele, que usava quando queria, mas não era: Era porque naquela época eu tinha dinheiro, então toda vez que eu não queria mais, é porque eu tava ‘empapuçado’, mas achava que era eu que tava controlando. Ai quando saí fora, que acabou o dinheiro, acabou tudo e bateu a vontade, chegou pesado!

Situação semelhante vive Augusto. Jovem negro, morador de uma *vila*¹³ de Curitiba, foi criado por sua mãe, que atuava no tráfico de drogas. Em certo momento, sua mãe foi presa e, se vendo desamparado, ocupa o lugar de sua mãe e começa a trabalhar no tráfico. Segundo sua afirmação, ao aprender o trabalho, começou a ter sucesso com a venda de drogas, ganhando seu dinheiro e dando lucro tanto para os traficantes quanto para os policiais, que recebiam o *pedágio*¹⁴ para ele continuar trabalhando. No entanto, em certo momento sua mãe retorna da prisão e ele resolve parar com o tráfico. Por ser um bom vendedor, os *patrões da boca* não admitiram que ele parasse de passar droga, ameaçando-o de morte: “Eu tive que sair da minha *vila* e vir para o centro, se não os caras iam me matar”.

13 Vila é a forma como se chamam as favelas em Curitiba

14 Suborno

Depois de algum tempo, ele teve informação de que os traficantes que lhe ameaçaram de morte, haviam sido presos e então voltou para a casa de sua mãe. Tive a oportunidade de acompanhar um pouco do breve momento em que ele retornou a morar em casa, com sua mãe. Ele estava se preparando para um curso de trocador de ônibus e se manteve presente nas reuniões do MNPR, pois em suas palavras: “Não é porque eu voltei para casa que vou largar a caminhada”. No entanto, certo dia, quando estava fora de casa, recebeu um recado avisando que a polícia havia lhe procurado para cobrar seu retorno ao trabalho. Assim, mais uma vez teve que deixar sua casa e retornar para rua, por motivo de segurança de sua mãe e dele próprio.

Os dois casos apresentados se assemelham porque o principal motivo para ter que fugir da favela e sair do espaço em que havia certas garantias de reprodução social é atribuído aos “desacertos” nas práticas que cometiam, seja com a polícia (no caso de Tiago) ou com os “bandidos” e a polícia (no caso de Augusto). Outra semelhança é que os problemas mais dramáticos decorrentes do consumo de drogas se tornaram evidentes apenas na medida em que os sujeitos se viram frente à necessidade de fugir do lugar de origem e recompor a vida nas ruas. A seguir, apresentarei outros casos que ampliam um pouco mais as possibilidades de combinação desse fluxo de expulsão das favelas e que resultam na vida nas ruas.

ENTRE O CONSUMO DE DROGAS E O CRIME

A narrativa de Rosângela é representativa de outro grupo de casos. Mulher negra, com 39 anos de idade na época da entrevista¹⁵, nasceu em uma favela na cidade de Vitória, Espírito Santo. Cresceu na companhia de seus pais, mas sempre em grande dificuldade econômica. Em suas palavras, viveu “A realidade da grande massa da situação brasileira”. Começou a trabalhar cedo, sua mãe sempre teve mais de um emprego, trabalhando em hospitais. Enquanto seu pai trabalhava na construção civil em uma empresa, tornando-se posteriormente, trabalhador autônomo. Com os pais ausentes por conta do trabalho, sua irmã mais velha tomou conta dela em toda sua infância.

Apesar das dificuldades, Rosangela conseguiu estudar durante a infância e início da adolescência. Fez o ensino fundamental completo e, quando entrou no primeiro ano do ensino médio, engravidou. Com 16 anos, já estava ganhando seu primeiro filho. Na medida em que a gravidez foi se tornando cada vez mais evidente, abandonou a escola. Seu pai a obrigou a morar com o pai da criança contra sua

15 Entrevista realizada em Vitória, Espírito Santo, 2015.

vontade, expulsando-a de casa. Sem alternativa, se viu casada. Construíram uma casa no quintal da mãe do rapaz, mas a convivência com a sogra era problemática e o relacionamento com o marido era conturbado, com brigas, ciúmes e violência. Saiu desse relacionamento ainda grávida e em pouco tempo começou a se relacionar com outro homem. Dessa vez, depois de algum tempo, a nova relação se tornou ainda mais violenta, com brigas de “pau e faca”. Essa relação, que perdurou por 12 anos, resultou em marcas permanentes no seu corpo.

Em virtude do relacionamento complicado, Rosangela começou a beber cada vez mais e acabou conhecendo a cocaína. Com 19 anos já estava de volta aos estudos, começou também um curso de enfermagem que a possibilitou trabalhar. Nos finais de semana, saía junto com os colegas de curso para beber e cheirar cocaína. Considera que seu envolvimento com a droga se deu em virtude das amizades e da curiosidade de experimentar. Nos primeiros anos de uso, Rosangela conseguia manter a vida com certa estabilidade. Tentava se organizar para fazer consumo da cocaína apenas nos finais de semana e conseguia manter uma vida social organizada e com algum controle. A relação com seu parceiro foi se tornando cada vez mais violenta e o consumo de drogas foi se intensificando. Em uma das saídas no final de semana, conheceu outro homem:

A gente estava no barzinho e tinha um cara vendendo pó. O cara se interessou por mim, veio e deu uma ideia e tal. Ai ele, “Pô, tenho uma parada aqui, sei que vocês gostam, arruma um lugar pra gente cheirar”. Ai nós fomos para casa dessa colega, ficamos cheirando e tal e o pó acabou. Ai ele falou, “Vou buscar mais”. Todo mundo já estava muito louco na madrugada, ai ele chegou e disse que foi comprar, só que não tinha pó, mas que trouxe uma pedra. Eu falei, “Você tá doido! Não, não vou usar isso não!” Porque eu sabia, não as consequências do uso da pedra, mas sabia que era “a droga que não se deveria usar”, que vicia muito rápido e tal, mas aquela coisa muito superficial. Naquela loucura, naquela doidera:

- Ah, vou ver, umazinha só e tal”.

Aí tá, fumei. Na primeira fumada [pausa]:

- Caralho véi, é isso que eu quero!

Tipo assim, eu me apaixonei de uma forma assim [pausa], foi um barato muito louco! Não foi nem a primeira pedra não, foi a primeira fumada que eu dei! Me deu uma viagem louca e foi um prazer que eu senti, puta que pariu! Eu lembro até que eu falei assim:

- Caraca véi, eu to dando uma gozada aqui!

É a mesma coisa. Você sabe aquela “foda” bem dada? Bem gostoso? Minha primeira fumada foi assim.

- É isso que eu quero!

Depois da primeira “fumada”, Rosângela entrou em um ciclo de uso intenso de crack. Nas 3 primeiras semanas, desde a primeira vez, a única coisa que ela fazia era ir para a casa de sua colega para fumar. Começou a faltar ao serviço, chegava sob o efeito da droga ou então confundia os plantões em que deveria trabalhar. Comparecia nos dias e horários errados. Quando completou um mês de uso, foi demitida do emprego em que havia trabalhado durante 7 anos e largou o homem com quem se relacionava, passando a se relacionar com o traficante com quem experimentou o crack pela primeira vez. Em virtude do tempo de trabalho, recebeu uma “boa recisão”, mas como já estava bastante comprometida com o uso, gastou todo dinheiro consumindo.

Rosângela ficou em intenso uso de crack durante 8 anos de sua vida. Ela não considera que todos esses anos foram vivendo nas ruas, pois, mesmo que em certas circunstâncias ela pudesse ficar dias ou semanas em uso na rua, ela ainda tinha sua casa e a possibilidade de voltar quando quisesse. Como morava com suas filhas, não fumava dentro de casa, apenas na rua. Em meio ao desgaste familiar, desemprego e falta de recursos para sustentar o vício, viu-se frente à necessidade de começar a fazer programas sexuais, na tentativa de sustentar o consumo. No entanto, rapidamente percebeu que nem mesmo os programas eram suficientes para conseguir realizar a manutenção do vício de forma satisfatória, pois não rendia dinheiro suficiente. Então foi necessário buscar uma alternativa:

Eu não tinha a manha de roubar, ai eu fui para o tráfico. Criada no morro. - Pô, quero vender a parada para ter o meu.

Mas ai foi onde que a coisa desandou. Você começa sempre na disciplina, né? Você começa a vender e tal, você pega sua “resposta”. Mas aí certo dia eu peguei para vender e fumei o malote todo. Cheguei lá, troquei ideia:

- Pô, dei um derrame aqui, me dá outro malote que eu vou vender tudo, não tiro minha resposta e pago o que eu devo.

Peguei o segundo malote e fumei tudo. Ainda fui lá “na tora” para pegar o terceiro:

- Não, vou pegar agora na “resposta” e tal.

E os caras, tipo assim: de certa forma me consideravam, né? Peguei três malotes e fumei os três malotes. Ai velho, o bagulho pirou! A minha ideia, não sei, a gente tem certo instinto, mesmo na loucura. A gente fala que é coisa de Deus, sei lá. Mas a gente tem um instinto humano, eu creio nesse instinto que a gente tem. Antes de sair, eu liguei para casa, peguei e troquei ideia e falei:

- Tô indo pra casa.

Ai ela [mãe] chegou e falou assim:

- Olha não vem não! Não vem não porque o cara veio aqui para te pegar. Ele quer o dinheiro dele. Chegou aqui armado, falou que já rodou tudo aqui e não te achou, mas que quando te pegar vai te matar.

Aí assim, doidona, o quê que eu faço? A “lombra” passou, “encareitei” na hora. O quê que eu vou fazer agora na minha vida? A única opção que eu tinha era a minha casa. Já não tinha emprego, não tinha mais dinheiro nenhum, não tinha porra nenhuma. Caralho, e agora? No alto do morro, eu tava fumando lá no alto da favela mesmo, aí fui descendo com a cabeça a “mil grau”, o que fazer agora? Aí eu desci, quando eu já estava lá na baixada, a rua é reta assim, eu to indo e lá de longe eu vi o cara.

- Caralho, vou morrer agora!

Ai passa tudo na sua cabeça, você pensa em filho.

- Caraca, nunca mais vou fazer isso!

Pô, aquele desespero, loucura, é “mil grau”, passa um filme. Eu já fui preparada para morrer. Mas acho que o cara estava tão alucinado, tão cego de ódio me procurando no morro! Fui andando devagarzinho, o cara passou do outro lado da rua e não me viu. Nisso que ele passou, “brotou” um ônibus que eu sei de lá de onde. Fiz sinal, o motorista abriu a porta e eu caí para dentro. Aí eu já dei uma respirada. Um alívio, mas ao mesmo tempo um desespero, porque eu não podia mais voltar para o morro e a minha vida era lá.

- Caraca, velho, para onde eu vou? O quê que eu vou arrumar?

Eu não podia ficar nem próximo, porque sempre tem conhecido no morro, sempre iria encontrar uma pessoa que ia me ver lá.

O caso de Rosângela mostra circunstância em que havia presença de um trabalho considerado satisfatório e nunca antes em seu percurso de vida as atividades ilícitas foram possibilidade de emprego de atividade econômica: sua aproximação com o *mundo do crime* se deu exclusivamente como forma de sustentar seu próprio vício. Contudo, pouco tempo depois de entrar no circuito de venda, o “derrame” com a droga que deveria ser vendida colocou sua vida em risco eminente, sendo obrigada a fugir da favela. Sem nenhum outro recurso e completamente afastada das condições de reprodução social na casa de sua família, ficou desamparada e começou a morar nas ruas da cidade. Assim como em outros casos que conheci, a solução de seu problema só se daria com o pagamento da dívida, ou com a possibilidade de que mudasse a chefia do tráfico, que seus credores morressem ou fossem presos. Mesmo assim, ainda haveria o risco de que sua dívida fosse transferida a novos patrões, que também poderiam lhe cobrar.

O caso de Rosângela trata de uma situação em que a necessidade de fugir de sua localidade esteve diretamente atrelada à contração de dívidas com o tráfico. No entanto, outro grupo de casos trata de circunstâncias em que há expulsão dos consumidores de drogas, em virtude da não tolerância de suas práticas e presença em determinados territórios.

Em certa oportunidade, durante trabalho de campo realizado em Salvador, fui a uma atividade com integrantes do MNPR e da Defensoria Pública do Estado

visitar um grupo de pessoas em situação de rua que se encontrava em grave situação, vivendo em uma lixeira, no bairro de Itapuã. A situação era a seguinte: esse grupo havia se constituído ao lado de um pedaço da rodovia, em uma área de duna, próximo de uma propriedade suntuosa, espécie de casa de praia. Segundo os relatos, esse grupo ocupava uma parte da duna e foram atacados pelo proprietário da casa, que disparou com arma de fogo na direção deles e avisou que se voltassem às dunas, iria matá-los. Eles voltaram para o outro lado da avenida, uma das entradas de uma grande favela, entre uma quadra de futebol e a lixeira do bairro.

O grupo, de aproximadamente 15 pessoas, se instalou nesse espaço, utilizando pequenas entradas em baixo da estrada para dormir, cozinhavam no mesmo espaço e realizavam atividades de catação de materiais recicláveis. Ao conversar com alguns deles, pude entender que a maioria do grupo era de ex-moradores da favela em que eles atualmente vivem na entrada. A maioria tem parentes na favela, mães, ex-esposas, filhos, mas foram expulsos do convívio da família em virtude do uso de drogas e de desentendimentos ocasionados no convívio da favela. Do que pude entender, o fato é que naquela favela os traficantes vendem crack. No entanto, é proibido fazer o consumo da droga dentro da favela. Desse modo, os usuários ficam na entrada e consomem a droga do outro lado da avenida, nas dunas. Em todo caso, essa situação só é possível para quem não entrou diretamente em conflito com o tráfico, pois esses precisam necessariamente fugir para outros lugares, para não sofrerem outras consequências do desrespeito das condutas esperadas pelos traficantes.

De modo complementar, pude observar que na cidade do Rio de Janeiro, a territorialidade produzida em torno da reorganização do quadro de venda de crack se altera com frequência. Em muitos morros interrompeu-se a venda, enquanto em outros se manteve sofrendo normas específicas, tanto para a venda como para o consumo. Uma das estratégias adotadas é o estabelecimento de “bocas” fora do morro, na tentativa de controlar a dinâmica de ocupação e, assim, evitar que os usuários, que chamam muita atenção dos transeuntes e das autoridades, entrem e saiam nas favelas atraindo atenção. Essa dinâmica se reproduziu em várias situações, como a ocupação dos usuários ao longo de vários pontos da Avenida Brasil, na proximidade de favelas que vendem a droga. Mais recentemente, a presença da venda de crack em favelas próximas do centro da cidade do Rio de Janeiro, como no Morro da Providência, produziu o aumento de bocas no asfalto, nas imediações da Central do Brasil, o que provocou também a migração de usuários de outras regiões da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tráfico de drogas, tomado em sua configuração enquanto prática ilícita de comércio varejista nas favelas aparece publicamente como principal responsável pelo crescimento do crime e da violência urbana. Como ressaltado por Misse (2008, p.383), essa relevância é atribuída por diversos motivos, seja pelo suposto efeito das drogas em seus consumidores, pelos crimes motivados para arrecadar recursos para o consumo e pelos conflitos internos a esse mercado¹⁶. Nas últimas décadas, as disputas e conflitos do mercado de drogas, exponenciadas pelo marco legal proibicionista, possibilitaram uma verdadeira corrida armamentista e de disputas por territórios a fim de garantir à manutenção as respectivas práticas, com constantes enfrentamentos entre policiais e “bandidos” e entre “facções criminosas” rivais entre si.

Inicialmente presentes ou mais visíveis nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, o tráfico de drogas se estabeleceu como alternativa de atividade ilícita remunerada nas periferias espalhadas por todo Brasil. Seu sucesso enquanto comércio provocou também maior complexificação de suas estruturas, variáveis de acordo com as localidades e as lógicas implementadas pelas organizações.

Essas organizações selecionam os indivíduos para suas fileiras, em adequação a regras duras e definitivas do *mundo do crime*, por isso também expulsando parte de seus integrantes inadequados à sua disciplina, isto é, que não acumulam as qualificações necessárias para ocupar esses postos de trabalho. Se por um lado existe o risco de contrair “desacerto” com a polícia, a lógica do crime tampouco é condescendente com quem incorre em faltas nas condutas desejáveis. É necessário ter *proceder*, agir pelo *certo*, fazer a manutenção adequada de seu próprio consumo de drogas, sem se tornar um viciado, enfim, sem incorrer em falhas nas condutas esperadas.

Os casos apresentados mostram que tanto o abandono do posto de trabalho no tráfico, os desacertos com a polícia, o consumo da mercadoria que deveria ser vendida, a ocupação de espaços para fins de consumo proibidos pelo tráfico, assim como diversas outras circunstâncias, possibilitam o afastamento ou aniquilamento daqueles que vivem sob a influência de suas regras. Portanto, o envolvimento com o *mundo do crime* gera uma miríade de riscos à própria manutenção das posições ocupadas, e, conseqüentemente, o risco de morte. Esse resultado incide sobre pessoas que na maioria das vezes têm todas as relações, possibilidades de amparo e garantias

16 Sobretudo, considera-se que a entrada de cocaína no mercado de drogas, ao longo dos anos 1980, injetou mais dinheiro nesse comércio, juntamente com o crescimento do poderio bélico em torno da prática (PICANÇO; LOPES, 2016).

das atividades de reprodução social no seio da família, nos territórios de favela.

É importante ressaltar que essas consequências não são exclusivas para aqueles que ocupam posições no tráfico, mas também para as pessoas que se relacionam com o *mundo do crime* através do consumo. Feltran (2011, p.110-111) ressalta que o *mundo do crime* e o consumo de drogas não são universos estanques nos bairros de periferia. Segundo o argumento, dificilmente uma pessoas de classe média terá que se relacionar diretamente com traficantes profissionais e com questões relacionadas ao *mundo do crime*, como a violência, polícia e armas, para ter acesso ao consumo de drogas. Esse perfil de usuário geralmente se apoia em rede relação com conhecidos, produzindo assim considerável distância entre esse consumidor final, aspectos negativos do mundo do crime e os riscos a ele atribuídos. Por outro lado, os usuários de drogas nas periferias têm grandes chances de estabelecer relações sociais com pessoas diretamente envolvidas com o tráfico, e, conseqüentemente, com os códigos e disciplinas constitutivas dessas relações.

A disciplina do mundo do crime incide diretamente no cotidiano dos usuários nas periferias, pois, mesmo quando não atuam diretamente em suas atividades, precisam se adequar a sua lógica e etiquetas. Desse modo, essa constatação indica duas possibilidades: A primeira delas diz respeito a casos em que o consumidor acaba se incorporando ao *mundo do crime*, em virtude do desenvolvimento da adicção e da necessidade de produzir as condições de realizar a manutenção do uso. A segunda trata dos desentendimentos causados pelos efeitos do uso de drogas e de possíveis quebras na disciplina do *mundo do crime*.

Outro desdobramento de questões relativas ao consumo é que, aparentemente, essa lógica tem grande relação com os rearranjos de uma geopolítica do tráfico de drogas, dos acordos escusos com policiais, e nos ordenamentos de venda e consumo de crack. Taniele Rui (2014, p.152) já se referiu a essa situação, ao tratar de uma “segregação fina” entre os espaços de consumo e venda, em que mais do que uma divisão entre as práticas específicas, tem base na depreciação dos usuários de crack e na avaliação sobre seus corpos e condutas frente ao controle social dos traficantes sobre esses territórios.

Na década de 2000, tal depreciação veio se tornando cada vez mais pungente: Biondi (2010) já apontou o papel e as moralidades em torno da proibição do crack nas cadeias organizadas pelo Primeiro Comando da Capital – PCC a partir de 2004 e Rui (2014) extrai outras consequências sobre as ideias do PCC em torno do crack e seus impactos na produção de regras de venda, consumo e condutas dos usuários. Em ambos os casos, demonstra-se que as impressões depreciativas acerca do “nóia” se

estendem para além do convívio prisional e se estabelecem também na rua. A partir da leitura dos textos de Karina Biondi, Gabriel Feltran e de sua própria pesquisa de campo, Taniele Rui argumenta a existência de um modo de gestão nos bairros em que a disciplina do PCC é dominante. Esses princípios compreendem:

- 1) Autovigilância para os que não querem perder o respeito dos pares; 2) vigilância constante dos que já o perderam, o que, por sua vez, implica em limitar a circulação e o consumo no espaço, bem como ser ríspido durante as negociações; e 3) em casos de usos extremos, *interdição*, o que, no limite, pode resultar em expulsão dos bairros. (RUI, 2014, p.178)

O que pude constatar a partir da análise das entrevistas é que o tipo de situação descrita é cada vez mais presente em narrativas de pessoas que iniciaram a vida nas ruas a partir dos anos 2000 e que situações semelhantes se repetem em cidades distintas, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador, Vitória e Belo Horizonte. Esse fato me faz acreditar que os argumentos aqui trabalhados sobre a *expansão do mundo do crime*, tal como desenvolvido por Feltran (2011), tem extensão empírica para além das periferias de São Paulo, ou mesmo para além dos contornos disciplinares específicos do PCC.

Apesar da grande diversidade de regras e condutas observáveis contextualmente nas localidades, como sintetizado nos versos de Mano Brown ao afirmar que “Cada lugar um lugar, cada lugar uma lei”¹⁷. A capacidade de respeitar ou não as disciplinas do *mundo do crime* nas periferias urbanas vem produzindo efeitos dramáticos na vida daqueles que não conseguem se adequar ou que eventualmente desviam essas regras, particularmente no que diz respeito à participação direta no tráfico de drogas ou no que tange ao consumo. Quando essas expectativas não se cumprem, parte desses indivíduos precisa desaparecer desses espaços em algum momento de seus percursos, afastando-se de seus espaços de conhecimento e da capacidade de se reproduzir socialmente nos espaços de pertença e proximidade familiar.

Observando essas narrativas colhidas nos últimos anos e retomando a sugestão sobre transformações no perfil da população de rua, parece de fato ser possível argumentar acerca de uma estreita relação entre essa *expansão do mundo do crime* nas periferias e o crescimento do número de jovens em idade economicamente ativa, particularmente de jovens do sexo feminino, nas ruas das cidades. Nesses casos, parece que a situação de rua articulada ao consumo de crack é radicalizada

17 Trecho da música “Fórmula mágica da paz”, no álbum “Sobrevivendo no inferno”, de 1997.

diante das consequências do conjunto de regras do *mundo do crime*, que produz deslocamento compulsório das periferias urbanas para outros territórios da cidade.

Se o “mendigo é o trabalhador que não deu certo”, como no título do artigo publicado por Neves, em 1983. O argumento aqui desenvolvido vai ao sentido de afirmar que a partir dos anos 2000, com o fenômeno aqui referido como *expansão do mundo do crime*, a rua torna-se realidade também para pessoas que nem mesmo chegaram a passar por uma socialização através do trabalho lícito. Pessoas que, ainda jovens, foram absorvidas pelos postos de trabalho no mercado ilícito de entorpecentes no varejo e que foram refugadas desse mesmo mercado. Ou ainda, que foram compulsoriamente isoladas de suas possibilidades de reprodução social nos territórios de favela, de suas unidades domiciliares de origem, em virtude do consumo de crack.

Depreende-se disso que a *expansão do mundo do crime*, considerando tanto suas éticas, moralidades, condutas e também conflitos com as instituições de segurança pública, vem esgarçando cada vez mais as condições de possibilidades de início da vida na rua para cada vez mais pessoas.

Por fim, outra consequência, que ainda deve ser mais bem observada em discussões futuras, é que esse fluxo entre *mundo do crime* e vida nas ruas também alteram as próprias relações nas ruas. Visto que não se trata de uma migração entre o “mundo do crime” e o “mundo da rua”, mas da constatação de que em dado momento estes mundos começam a compartilhar mais aparatos discursivos: Seja de um ponto de vista empírico, a partir do aumento de pessoas expulsas das favelas e que passam a viver nas ruas. Seja de um ponto de vista analítico/representacional, visto que o marco discursivo do crime passa também a ter maior incidência nas ruas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIONDI, Karina. **Junto e misturado** – uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Ed. Unesp/CEM/CEBRAP, 2011.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos errantes urbanos**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

KASPER, Christian. **Habitar a rua**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MAGNI, Cláudia Turra. **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MARTINEZ, Mariana Medina. **Andando e parando pelos trechos**: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos, 2011.

MELO, Tomás. **A rua e a sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba / PR, 2011.

MISSE, Michel. “Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. In. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, set.-dez. 200, p. 371-385.

NEVES, Delma Pessanha. “Mendigo: o trabalhador que não deu certo”. In. **Ciência Hoje**. Ano 1 n.4. jan/fev, 1983, p. 28-36.

_____. “Essas pessoas a quem chamamos população de rua”. In. **Cadernos do Ceas**. Bahia, n.151, mai/jun. 1994, p. 25-28.

_____. “Categorizações deformantes: patrimônios de gestão dos pobres (mendigos, vagabundos, população em situação de rua) Apresentação”. In. **Antropolítica**. Niterói. n.29, 2º sem. 2010a, p. 11-36.

_____. “Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre”. In. **Antropolítica**. Niterói. n. 29, 2º sem. 2010b, p. 99-130.

PICANÇO, Felícia Silva; LOPES, Natânia de Oliveira. “O tráfico de drogas em formas: notas de pesquisas sobre o Rio de Janeiro”. In. **Análise Social**, 218, li (1.º), 2016.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Rede Rua/Hucitec, 2005.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack**: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. 1977. **Os mendigos na cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. 2004. **População de rua: quem é, como vive, como é vista?** 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec.